

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.289 - SP (2019/0001951-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : DAIANA APARECIDA PINTO ZUCARATTO
ADVOGADO : HENRIQUE AUGUSTO SOARES DOS SANTOS - SP272103
RECORRIDO : MEDICAL MEDICINA COOPERATIVA ASSISTENCIAL DE LIMEIRA
ADVOGADOS : DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO - SP212923
PRISCILIANA GILENA GONÇALVES - SP213289

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DE INDICAÇÃO DO REPOSITÓRIO OFICIAL. ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMAS PROVENIENTES DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA 13/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Daiana Aparecida Pinto Zucaratto, com fulcro no art. 105, III, c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 464):

PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Recusa de cobertura para realização de cirurgia “ortognática”. Dano moral não caracterizado. Nem toda negativa de cobertura contratual por plano de saúde tem o condão de causar dano extrapatrimonial indenizável. Não ocorrência de grave ofensa a direito da personalidade. Não demonstração de prejuízo à saúde. Mero dissabor do cotidiano, nas circunstâncias. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo extremo, a insurgente aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que "nos casos de injusto óbice a tratamento de saúde colocados por operadoras de saúde contra seus beneficiários, **ocorre a incidência dos danos morais in re ipsa, independente de prova ou demonstração do dano**".

Contra-arrazoadado o feito (e-STJ, fls. 497-502), o recurso foi admitido na

origem (e-STJ, fls. 503-504), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto a recorrente não demonstrou o dissídio nos moldes exigidos pelos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Isso porque é assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Ademais, o dissenso jurisprudencial deve ser comprovado por certidão, cópia, ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução do julgado disponível na *internet*, com indicação da respectiva fonte, o que não ocorreu no caso concreto.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1023675/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PERDA DO

DIREITO DO

ALIMENTANDO PELO DECURSO DO TEMPO. SUPRESSIO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO BINÔMIO POSSIBILIDADE / NECESSIDADE. SEDE PRÓPRIA. AÇÃO REVISIONAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 211/STJ.

1. Não demonstrada a divergência pretoriana conforme preconizado nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ, deixa-se de conhecer o recurso especial.

1.1. Dissídio jurisprudencial não demonstrando face a ausência de cotejo analítico e a inexistência de cópia autenticada ou de citação do repositório oficial de jurisprudência em que foi publicado o acórdão paradigma.

(...)

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no REsp 1590554/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

Esclareça-se ainda que alguns acórdãos selecionados para demonstrar a alegada divergência são provenientes do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, fazendo incidir, na espécie, o óbice contido no Enunciado n. 13 da Súmula do STJ: "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% (um por cento) sobre o valor da causa, suspensa a sua exigibilidade em razão do deferimento do benefício da gratuidade de justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator